



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2014

Aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a assembleia municipal de Vila Nova de Cerveira, em sessão extraordinária, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

1. Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Sexta Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Atividades Municipais e ao Orçamento da Despesa. -----
2. Norte 2020 – Informações e ON2, o Novo Norte. -----

Efectuada a chamada, verificou-se a existência de **Quórum** com a totalidade dos 26 membros da Assembleia. -----

Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 38º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o senhor presidente da **junta de freguesia de Covas** fez-se representar pelo secretário, senhor **Pedro André da Costa Araújo (Anexo 1)**. -----

A câmara municipal, fez-se representar pelo seu presidente senhor Fernando Nogueira, tendo ainda assistido à sessão os senhores vereadores Vitor Costa e Aurora Viães. -----

PONTO UM da ordem de trabalhos: “**Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Sexta Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Atividades Municipais e ao Orçamento da Despesa**” -----

O senhor presidente da câmara municipal informou que foram elaborados alguns projetos de investimento e apresentadas diversas candidaturas aos fundos comunitários ainda disponíveis, sendo que a obra prevista para a beneficiação da piscina municipal obteve recentemente luz verde para avançar. Assim, a câmara municipal já recebeu a comunicação da aprovação dessa candidatura, restando formalizar o respectivo contrato de financiamento. Face a esta notícia positiva e considerando a inerente necessidade de reprogramação da execução da referida obra, bem como o acautelar dos prazos legais para submissão a visto prévio do tribunal de contas, em suma propõe-se a retificação do cronograma financeiro do investimento previsto para a piscina municipal (**Anexo 2**) com base numa análise criteriosa e rigorosa desta obra pública de grande significado, evitando, deste modo, situações idênticas às que infelizmente se registaram com as empreitadas com processos de contencioso pendentes. -----

Pedro Soares – Felicitou a autarquia pela aprovação do financiamento comunitário para a obra da piscina municipal e questionou o senhor presidente da câmara sobre os processos que estão a correr em tribunal, nomeadamente os referentes às grandes obras públicas da responsabilidade do anterior executivo. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor presidente da câmara agradeceu as felicitações pela concretização deste investimento e informou que no segundo ponto da ordem de trabalhos revelará os detalhes mais importantes sobre o andamento dos processos judiciais em curso. -----

Manuel Soares - Anunciou que a bancada do Partido Socialista congratula-se com a aprovação deste projeto, pelo que os seus membros votarão favoravelmente. -----

Não havendo mais intervenções e submetida à votação, foi por unanimidade aprovada a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Sexta Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Atividades Municipais e ao Orçamento da Despesa. -----

PONTO DOIS da ordem de trabalhos: “ **Norte 2020 – Informações e ON2, o Novo Norte**” -----

No âmbito da análise das potencialidades do Norte 2020 e ON2 - o Novo Norte, o senhor presidente da câmara identificou algumas áreas de intervenção prioritárias para o município de Vila Nova de Cerveira e distribuiu um documento com o resumo das fichas de projetos - resumo para o município (**Anexo 3**), que estão a ser consolidadas pela CIM Alto Minho, lamentando, também, a redução de 46 por cento das verbas disponíveis para o Norte comparativamente ao anterior quadro comunitário de apoio, em contrapartida da região de Lisboa que é a única que vai receber mais comparticipação europeia. -----

Relativamente ao chamado regime de candidaturas *overbooking* do programa operacional regional do norte – ON2, informou que a autarquia formalizou várias candidaturas, entre elas a beneficiação da piscina municipal, do campo de futebol de Campos e do Estádio Municipal. Entretanto, para a piscina municipal, já obteve aprovação de comparticipação comunitária e aguarda o desfecho das outras duas. A este respeito mais acrescentou que a obra do estádio municipal consistia na colocação de um novo relvado sintético e já está executada, porém, a aprovação do seu financiamento foi posta em causa uma vez que ao contrário da Secretaria de Estado da Desporto que concedeu visto favorável a outra entidade com competência neste domínio - o IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude) – deu parecer negativo uma vez que a obra efectuada a quando da última beneficiação não está de acordo com o projeto que consta no referido IPDJ, inviabilizando, deste modo, a sua aprovação. -----

Por último prestou esclarecimentos sobre o contencioso que opõe o município ao empreiteiro responsável pelas obras da entrada norte da vila, incubadora de indústrias criativas da Bial e do auditório do mercado municipal. São, portanto, três processos respeitantes ao mesmo empreiteiro, que representam um pedido global de indemnização de cerca de 2 milhões de euros. A sua pendência já advém do executivo anterior e nesta altura, apesar da total confiança que deposita no mérito dos argumentos apresentados pelo município, o sentido da sua conclusão é manifestamente impossível de prever, bem como os valores que serão determinados pela sentença. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esclareceu também que o julgamento da primeira ação começou na semana passada e, na sua opinião, os processos em causa são complexos pelo que a sua resolução poderá arrastar-se no tempo, com evidentes prejuízos para ambas as partes não só pela duração prevista como pelos custos associados às acções. Neste contexto, nunca pode ser descartada a possibilidade de se chegar a um acordo justo e tecnicamente válido para ambas as partes, com vista a sanar as divergências e encerrar definitivamente estes litígios. -----

Finalizou destacando a necessidade de acautelar a defesa dos interesses patrimoniais do município que, em rigor, no passado foram seriamente abalados como por exemplo na perspectiva que lhe foi transmitida pelo anterior executivo que estariam por receber cerca de 330.000 euros de financiamento da construção do pavilhão multiusos quando, na verdade, não passou de falsas expectativas. -----

Pedro Soares - Lamentou o facto de verem agora a voar os 330.000 euros do financiamento do pavilhão multiusos, que até tinham sido considerados no orçamento de receita do ano em curso e interrogou acerca da real utilidade desse equipamento público, designadamente se alguma vez foi feito um estudo da sua viabilidade económico-financeira e, em caso afirmativo onde está, para poder responsabilizar o autor desta gigantesca inutilidade. -----

Aristides Martins - Mostrou-se muito preocupado com estas situações. Ter de pagar 330.000 euros por um “elefante branco” que não tem qualquer utilização, quando necessitaríamos desta verba para poder terminar outro “elefante” que se está a degradar por cima do mercado. Foram erros monumentais que se cometeram no passado, não descurando a sua meia culpa, uma vez que na qualidade de vereador da oposição no mandato anterior, também aprovou tais barbaridades. No entanto, agora reconhece que o pavilhão multiusos não tem utilidade, basta ver o que lá se fez desde que está operacional. Deveria pensar-se na possibilidade de vender o edifício, de forma a possibilitar outro uso e com a verba arrecadada beneficiar outros projetos da autarquia, como por exemplo a conclusão das obras do auditório por cima do mercado municipal. -----

João Caldas - Relembrou um acontecimento de há 30 anos, quando foi candidato a umas eleições locais e no seu programa eleitoral pedia para que as juntas de freguesia fossem informadas sobre as janelas de oportunidades decorrentes dos quadros comunitários de apoio. Vê, agora, com satisfação e sem que tal tenha solicitado, estes esclarecimentos prestados, que considera muito úteis e reforçam a transparência com que a vida pública municipal está a ser conduzida. -----

Mário Afonso - Lamentou também a problemática dos dois “elefantes brancos” que são o pavilhão multiusos e o auditório por cima do mercado. Por contrapartida a estes exemplos discutíveis de investimento público, lembrou que o parque desportivo de Campos está decadente, não possuindo condições adequadas para a prática desportiva. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Destacou que a câmara tem-se disponibilizado para fazer pequenas reparações semanais. Apesar das boas intenções da autarquia, isto não basta, tendo em conta o estado obsoleto e a degradação que as instalações apresentam, bem como a dignidade que merecem os numerosos atletas que habitualmente as usam e que, neste momento, devem rondar os 130 a 150 praticantes entre a equipa sénior e as diversas equipas jovens que também forma. -----

Por tudo isto, não pode deixar de questionar para quando o novo campo de futebol de Campos, quando agora nos vem dizer que o novo Quadro Comunitário tem zero de dotação para mobilidade e instalações desportivas? -----

O senhor **presidente da câmara** agradeceu as intervenções e prestou as informações relevantes sobre as preocupações suscitadas. Assim, respondendo aos Srs. Pedro Soares e Aristides Martins, *“dizer-lhes que o pavilhão multiusos foi construído no âmbito de uma candidatura de apoio às empresas mas, pelos vistos, está a correr mal, pois as empresas existentes nas nossas zonas industriais não têm mostrado interesse na sua utilização. Por outro lado, uma vez que se trata de uma construção efetuada no contexto de apoio empresarial, recorrendo a fundos comunitários, poder ser usado só esporadicamente para eventos culturais ou desportivos, mas não pode ser vendido. -----*

Quanto ao auditório por cima do mercado, não só pela sua localização, mas também pelas suas características, acredito que tem uma perspetiva de utilização mais abrangente e frequente. -----

Agradeço as palavras simpáticas proferidas pelo Sr. João Caldas, mas a câmara não faz mais do que cumprir o dever de informação. -----

Ao Sr. Mário Afonso dizer-lhe que esta câmara não vira as costas à ADC. No início do mandato só herdamos um estudo prévio do investimento previsto para o parque desportivo. Tivemos de investir tempo, dinheiro e recursos na elaboração do projecto definitivo e submeto-lo à aprovação de financiamento. Porém, convém sublinhar que se a intenção deste executivo não fosse a de concretizar este investimento, então não teria elaborado o projecto, apresentado a respetiva candidatura, nem respondido em tempo útil às questões que o gestor responsável pelo programa operacional levantou. Assim, ainda aguardamos o seu desfecho favorável. No entanto, caso receba parecer negativo, é objetivo da câmara municipal refazer o projeto do campo de futebol de Campos e conseguir o seu financiamento através de outras candidaturas. Todavia, em face dos recursos financeiros disponíveis pela autarquia é provável que se não houver financiamento comunitário, neste momento dificilmente haverá condições para a construção de um campo novo de raiz. Mas, independentemente da aprovação das candidaturas, tudo se fará para dignificar as instalações existentes e as condições para a prática desportiva”. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Tratando-se de uma sessão extraordinária, portanto sem intervenções do público, mas denotando-se grande afluência do mesmo, o Sr. presidente da mesa solicitou autorização, para que hoje e a título excepcional, se pudesse abrir um período de intervenções do público, o que foi aceite por unanimidade. --- De seguida abriu o período ao público, tendo-se registado a intervenção do Sr. Cândido Malheiro, residente em Lovelhe, que agradeceu a transparência e a franqueza com que foram tratados os assuntos presentes à sessão, demonstrando de maneira correta as preocupações da autarquia e que são também as preocupações dos cerveirenses. Agradeceu o facto de ter elucidado todos os presentes sobre o ponto da situação dos diversos assuntos que interessam à população. ----- Por fim, o Sr. presidente da câmara municipal agradeceu aos senhores deputados a realização desta assembleia municipal e solicitou a colaboração e reflexão de todos, sobre os assuntos discutidos hoje. --- Não havendo mais assuntos a tratar e por proposta do presidente da mesa, foi esta Acta, por **unanimidade, aprovada em minuta**, afim das deliberações tomadas produzirem efeitos de imediato, tendo sido dado à mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. ----- E nada mais havendo a tratar foi esta sessão encerrada pelas vinte e três horas. ----- E eu, Helena Paula Barroso Martins, Assistente Técnica nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Vitor Nelson Esteves Torres da Silva)

A 1º Secretária,

(Cláudia Maria Pinto Ferreira)

A 2ª Secretária,

(Ana Cristina Araújo Silva dos Santos)

A Assistente Técnica,

(Helena Paula Barroso Martins)

HM